

O DESAFIO DA INCLUSÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA-SC: OLHARES DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Tuani Zanoni Pizzolo¹

RESUMO: O artigo intitulado: Desafio da Inclusão Escolar nas Escolas estaduais do município de Nova Veneza – SC: Olhares dos professores de Educação Física têm como objetivo principal: Analisar a percepção dos professores com relação ao desafio de incluir alunos com deficiência nas aulas de Educação Física na rede estadual de ensino, do município de Nova Veneza – SC. A metodologia utilizada para a efetivação deste estudo foi à abordagem qualitativa e exploratório descritiva, tendo como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada. A pesquisa foi realizada em três escolas estaduais do município de Nova Veneza- SC, envolvendo três professores de Educação Física que ATUAM COM ALUNOS DEFICIENTES INCLUSOS NA REDE REGULAR DE ENSINO. Em seguida realizamos a análise dos dados coletados, o que nos permitiu constatar, que a inclusão é um desafio devido à falta de material e a falta de conhecimento na área da inclusão de como trabalhar com alunos com deficiência para os professores de Educação Física. Desta pesquisa foi fundamentado com base em autores como Buscaglia (1997), Coletivo de Autores (1992), Glat (2003), Mazzota (2005), Kunz (2010), entre outros.

Palavras-Chave: Desafio; Educação Física; Inclusão Escolar;

ABSTRACT: *The article titled: Challenge of School Inclusion in Schools state of the municipality of Nova Veneza - SC: Perspectives of physical education teachers have the main objective: To analyze the perceptions of teachers regarding the challenge of including students with disabilities in physical education classes in state schools, the city of Nova Veneza - SC. The methodology used for the realization of this study was descriptive qualitative and exploratory approach and as a research tool semi-structured interview. The survey was conducted in three state schools in the city of Nova Veneza-SC, involving three physical education teachers that ACT STUDENTS WITH DEFICIENTES INCLUDED IN REGULAR TEACHING NETWORK. Then we analyze the collected data, which allowed us to verify that the inclusion is a challenge due to lack of equipment and lack of knowledge in how to work with inclusion of students with disabilities for physical education teachers. This research was founded based on authors like Buscaglia (1997), Glat (2003), Mazzota (2005), Kunz (2010), among others.*

Keywords: Challenge; Physical Education; School Inclusion

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de pesquisar esse tema decorreu no período do estágio supervisionado III do curso de Educação Física da UNESC, através da observação das aulas de Educação Física com alunos com deficiência.

¹ Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: alex_mw15@hotmail.com fone: (48)96231071.

Durante o estágio supervisionado III, realizado, na escola E.E.B. Julieta Torres Gonçalves do municio de Nova Veneza, durante a 7ª fase do curso de Educação Física, em conversas com os professores e até mesmo com o próprio aluno com deficiência observado me despertou interesse e algumas curiosidades com relação ao desafio que os professores encontram em sua carreira profissional com relação à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física na rede regular de ensino.

Atualmente a educação inclusiva é um assunto que vem sendo discutido e temos que aprender a conviver com as diferenças e ajudar quando for preciso, afinal a educação é um direito de todos. A escola além de fazer adaptações físicas precisa ter um projeto pedagógico e uma equipe disposta a atender a todos os alunos. É preciso que a escola procure inovar os seus métodos de ensino, materiais, e além de ter todo um conteúdo preparado é importante acima de tudo o respeito das pessoas com a deficiência, garantindo-lhes aprendizagens significativas ao seu desenvolvimento.

Nesse sentido, observou-se a relevância em realizar uma pesquisa de campo, que envolvesse os professores de Educação Física e inclusão de alunos com deficiências.

O presente estudo intitulou-se: Desafio da Inclusão Escolar nas Escolas estaduais do município de Nova Veneza – SC: Olhares dos professores de Educação Física.

Tendo por base a problemática levantada, apontou-se o seguinte problema: Qual a percepção dos professores com relação ao desafio de incluir alunos com deficiência em suas aulas de Educação Física?

Esta pesquisa norteou-se pelos seguintes objetivos: Geral - Analisar a percepção dos professores com relação ao desafio de incluir alunos com deficiência nas aulas de educação física na rede estadual de ensino do município de Nova Veneza – SC. E os objetivos específicos: Compreender os desafios que os professores encontram com os alunos deficientes em suas aulas de Educação Física; Compreender como se dá o processo de inclusão, de modo geral, de acordo com a literatura atual; compreender o entendimento dos professores de Educação Física sobre inclusão; compreender porque a Educação Física se abre como uma possibilidade de inclusão.

As questões que nortearam esse trabalho surgiram a partir das seguintes perguntas: Qual o desafio da inclusão escolar? Qual o entendimento dos professores sobre inclusão?

Esta pesquisa pretende contribuir para o enfrentamento de desafios provocados pelas situações de inclusão de alunos com deficiência no cotidiano da escola e das aulas de Educação Física.

O estudo proposto aconteceu dentro da Linha de pesquisa educação inclusiva e Educação Física e está embasado teoricamente em Staimback e Staimback (1999), Vigotski (1996), Montoan (2006), Freire (2002), Guedes (2002), Declaração de Salamanca (1994), LDB (1996), Negrine (2004), Coletivo de Autores (1992), Kunz (2010) e Darido (2004).

Na sequência apresenta-se a metodologia, a tabulação e análise dos dados coletados, as conclusões e as referências.

2. EDUCAÇÃO FÍSICA: POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO

O desafio da inclusão escolar é um associado ao desafio de superar a exclusão social, ou seja, só existe inclusão porque existe a exclusão. Significa um grande desafio, complexo, mas não impossível, pois a educação inclusiva liberta uma alteração de mentalidade, abre horizontes de expectativa inclusiva para falar sobre a sociabilidade com o potencial dos diferentes.

A inclusão não prevê o uso de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldades de aprender. Os alunos aprendem nos seus

limites, e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levarão em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (MANTOAN, 2006.p 47)

A inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física significa analisar um processo de ensino e aprendizagem que busque oferecer as mesmas oportunidades e aprendizagens a todos os alunos.

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gêneros, a diversidade humana vem sendo cada vez mais desvelada e destacada e se tornando condição imprescindível para entendermos como aprendermos e como compreendermos o mundo e a nós mesmos. (MANTOAN, 2006)

É muito importante que nós sejamos guiados pela ética, respeito às diferenças, sem preconceitos e discriminação em nossas ações, rumo à direção de uma escola para todos, que procura acima de tudo fazer com que seus alunos sejam pessoas melhores perante a sociedade, sociedade que por muitas vezes é excludente.

Mantoan (2006, p. 44), ressalta sobre ação metodológica em relação à inclusão que:

As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos inclusivos de educação. O ensino que ministram diferem radicalmente do proposto para atender às especificidades dos educando que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão desde as deficiências até dificuldades de natureza relacional, motivacional ou cultural dos alunos.

O professor deve utilizar metodologias que consigam incluir os estudantes nas aulas, e superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos que efetivar com máxima urgência. Guedes (2002, p.46) ao abordar sobre prática pedagógica destaca que:

[...] atividade que requer a reflexão crítica e participativa da previsão, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem em um permanente ir e vir, associando os conhecimentos específicos e teorias educacionais a ação didática vivenciada no cotidiano da escola.

De acordo Paulo Freire (2002), podemos perceber que o professor diante de sua prática pedagógica tem de ser aquele que sempre está buscando algo novo, nunca está satisfeito com o conhecimento que já adquiriu durante sua caminhada. O professor deve estar sempre buscando novas informações para que sua formação seja sempre contínua e nunca pare de tomar conhecimento em relação aos conteúdos e as novidades a serem estudadas e transmitidas para seus alunos.

Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino. Exercer a minha curiosidade de forma correta é um direito que tenho como agente e que corresponde ao dever de lutar por ele, o direito a curiosidade (FREIRE, 2002, p.95).

O amplo desafio do professor de Educação Física é permitir que os seus diferentes alunos com deficiência ou não, vivenciem os conteúdos culturais: jogos, brinquedos, brincadeiras, danças, esportes, lutas, ginásticas, dentro dos seus limites e possibilidades, apreciando a competência que cada um dos sujeitos tem de converter, criar e recriar novas práticas e movimentos. Para Staimback e Staimback (1999), o educador pode desempenhar um importante papel na percepção dos alunos de que esses têm potencialidades e limitações diferentes. Sugerem propostas de atividades em que os alunos sejam estimulados sobre suas habilidades e identificadas suas limitações.

Segundo Staimback e Staimback, (1999, p. 299), Gerando respostas dessa maneira, os alunos e o professor podem ver que todos têm aptidões e habilidades e que todos precisam de ajuda em algumas áreas. Karen pode ser ótima em leitura, mas pode precisar de ajuda nas

brincadeiras no playground. Carmen pode ter dificuldade em matemática, mas é ótima para lembrar-se de coisas e organizar pessoas e atividades. As salas de aula podem tornar-se comunidades de apoio mútuo se os professores promoverem o respeito pelas diferenças e proporcionarem oportunidades diversificadas para os alunos enxergarem uns aos outros de muitas maneiras.

Uma Educação Física dirigida a todos os alunos, sem discriminação, portanto, é:

Desenvolver um ensino inclusivo pode ajudar a superar o já referido histórico da disciplina – que, em muitos momentos, pautou-se em distinguir indivíduos aptos e inaptos. Deve-se levar em conta também que, mesmo alertados para a exclusão de grande parte dos alunos, muitos professores apresentam dificuldades em refletir e modificar procedimentos e atividades excludentes, devido ao enraizamento de práticas como essa. Quando o professor desenvolve efetivamente uma atividade inclusiva? Quando apóia, estimula, incentiva, valoriza, promove e acolhe o estudante. (DARIDO, 2004, p. 17).

A escola inclusiva, para fazer educação inclusiva, precisa de educadores que oportunizem a todos os alunos e a cada um dos alunos o desafio do pensar. São necessários educadores que despertem em cada aluno o prazer do pensar, que despertem o prazer da aprendizagem e que objetivem a vivência convidativa e insubstituível do diálogo.

Neste sentido, as leis foram surgindo e complementando ainda mais os direitos de todos, principalmente o acesso à educação de qualidade. As leis que conhecemos hoje são: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), Constituição Brasileira (1988), Declaração de Salamanca (1994), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva entre outras.

A Declaração de Salamanca (1994) surgiu a partir de um movimento social em Salamanca, na Espanha em 1994 e que estiveram presentes 88 governos e 25 organizações internacionais, para estruturar uma lei que garantisse o acesso de todos à educação. E estando de acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p.22) para acompanhar a evolução de cada criança, é preciso rever os processos de avaliação. A avaliação formativa deve integrar-se no processo educativo regular, de modo a permitir que alunos e professores se mantenham informados sobre o nível de conhecimento atingido e a que sejam identificadas as dificuldades e se ajudem os alunos a ultrapassá-las.

A avaliação educativa é de grande importância no processo contínuo e permanente das particularidades positivas e negativas dos alunos, a fim de se organizar estratégias, empregando procedimentos metodológicos para o grupo ou para o aluno individualmente, visando atender e superar, assim, as dificuldades destacadas e não deveria ser diferente quando se tem alunos com deficiência inclusos na rede regular de ensino.

Nosso mundo é sempre um mundo vivido, que se vive, e sendo assim, o movimento humano não pode ser compreendido como simples reação a estímulo e em consequência de forças e energias. Movimento que é humano é sempre uma conduta para algo, como um voltar-se a algo para sua compreensão. Não pode ser jamais uma conduta por simples reação externa. Esse movimento consiste sempre em uma totalidade de reações que envolvem situações concretas e sentidos/ significados para quem individual ou coletivamente o pratica. (KUNZ, 2010, p. 103).

Voivodic (2007, p. 32) define a inclusão como um “[...] processo que deve ser entendido e analisado dentro das condições reais de cada sociedade, pois do contrário ficará apenas no discurso, na utopia”.

O professor deve estar em permanente processo de aprendizagem e interação com outros profissionais pra conseguir desenvolver as competências docentes necessária na contemporaneidade. O tema inclusão tem levantado muitos debates sobre suas vantagens e

desvantagens, existem posições polêmicas e controversas entre os educadores e especialistas sobre o assunto, Voivodic (2007, p. 15).

Hoje o desafio é incluir todos na escola, com o mesmo conteúdo, a fim de possibilitar a participação das aulas e aprendizagem. Nesse sentido a Educação Física, traz contribuições significativas ao desenvolvimento integral da criança, visando não somente os “talentosos”, mas todos.

Apesar dos obstáculos, a expansão do movimento da inclusão, em direção a uma reforma educacional mais ampla, é um sinal visível de que as escolas e a sociedade vão continuar caminhando rumo a práticas cada vez mais inclusivas. (KARAGIANNIS; STAINBACK, S.; STAINBACK, W. 1999 p. 44).

2.2 Políticas Públicas de Educação Inclusiva

A educação inclusiva é um marco na Educação Especial, embora ao longo de todo seu processo histórico-conceitual, verifica-se a ideia de uma educação escolar integrada aos sistemas regulares de ensino iniciando com as séries iniciais do ensino fundamental.

A inclusão escolar é uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos. A dignidade, os direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição Federal (1988), estabelece a obrigatoriedade de efetivar a política de inclusão como um direito público para que as pessoas com deficiência e que tenham a oportunidade de preparar-se para a vida em comunidade, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), e a Declaração de Salamanca (1994), passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994), o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos.

O reconhecimento dessa necessidade oficializou-se com a LDB nº 4024/61 através do art. 88 onde se diz que “a Educação dos Excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação a fim de integrá-los na comunidade”. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: “I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades”.

Em dezembro de 1999 é publicado o decreto nº3298/99, que, após dez anos, regulamente a Lei nº 7853 de 24.10.89 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência objetivando assegurar o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

A escola regular não precisa trabalhar sozinha, e na verdade, ela precisa do apoio e sugestões da escola especial. “Uma aliança entre as educações especial e regular, como formação singular, favoreceria a todos os educadores nos sistemas escolares [...]” (ALVES, 2011, p. 95).

Caracteriza-se o aluno de Educação Especial como aquele que apresenta necessidades próprias, diferentes dos demais alunos, no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade, requerendo recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas, [...] “fica evidente que não é apenas o educando, com deficiência ou não, que deve adaptar-se ao sistema de ensino e sim a escola é que tem o dever de atender as necessidades da criança para a sua real participação, ou seja, para a sua inclusão”. (VOIVODIC, 2004, p. 29).

A escola inclusiva tem como eixo principal o reconhecimento da diversidade e heterogeneidade dos sujeitos que a compõem. “Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular” (MANTOAN, 2006 p.19). Consideramos o professor tem grande importância no processo de ensino e aprendizagem de alunos, enquanto participantes ativos nos processos para construir o conhecimento. “A inclusão [...] tem como meta não deixar ninguém fora do sistema escolar e o próprio sistema terá que sofrer transformações [...]” (VOIVODIC, 2004, p. 26),

A escola é um ambiente que estimula várias aprendizagens por conter elementos que influenciam e favorecem no desenvolvimento dos alunos. Alves (2011, p. 21) também traz que a inclusão “[...] não é só colocar as crianças nas salas de aula, é fazer o outro se sentir incluído, é saber valer seus direitos cumpridos, seus deveres”.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2014, visando levantar dados referentes à percepção dos professores de Educação Física com relação à educação inclusiva.

O estudo foi realizado em três escolas estaduais do município de Nova Veneza –SC, com três professores de Educação que atuam com alunos deficientes.

Foi encaminhado aos diretores das escolas participantes da pesquisa um ofício solicitando a autorização da pesquisa.

A cada participante foi entregue um termo de consentimento informando sobre o objetivo da pesquisa, que assinaram concordando com a pesquisa.

Tratando-se de uma abordagem qualitativa, uma vez que não estarei preocupada com o número de pessoas e sim com os dados.

Segundo Negrine pesquisa qualitativa (2004, p.61) “[...] centra-se na descrição, análise e interpretação das informações recolhidas durante o processo investigatório [...]”. A investigação e levantamento dos dados e procedimentos metodológicos serão realizados nas escolas dos professores investigados.

Nesta pesquisa dos objetivos e os procedimentos realizados são vistos como exploratórios descritivos. É exploratório porque “é realizada quando o objetivo consiste em examinar um tema pouco estudado”. (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 100). É descritivo por ter como “objetivo a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos [...]”. (GIL, 1994, p.45).

Os procedimentos técnicos foram inicialmente bibliográficos porque houve consulta as fontes diversas para buscar o fundamento teórico da pesquisa. Segundo Brenner (2008), a pesquisa bibliográfica esta presente em todas as pesquisas, tanto na fundamentação teórica como na busca de informação na hora da pesquisa.

A entrevista foi elaborada e embasada na fundamentação teórica deste artigo. Com relação aos instrumentos de coleta de dados, realizou-se entrevista semiestruturada. De acordo com Minayo (2004, p.58),

Em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e não estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, torna-se possível trabalhar com a entrevista aberta ou não-estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como as estruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracterizando-se como entrevistas semi-estruturadas.

A entrevista semiestruturada foi escolhida por permitir estimular os professores a falarem do tema proposto, expor experiências e assim permitir ao pesquisador aprofundar alguns questionamentos. Para Gil (1994, p. 113).

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, na qual os dados foram tabulados, possibilitando assim, a realização da análise frente ao referencial teórico.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada em três escolas da rede Estadual do município de Nova Veneza-S/C, no primeiro semestre de 2014, que atuam com alunos com deficiência. Para a

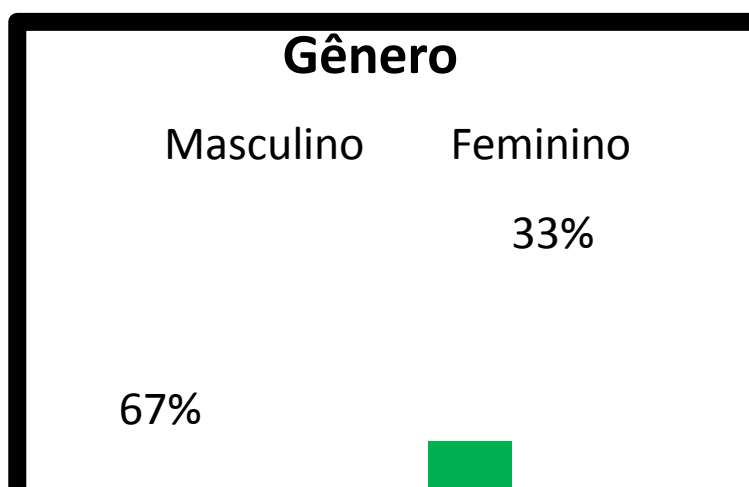
coleta de dados foi aplicado uma entrevista semiestruturada, na qual foi gravada com todos os professores participantes da pesquisa, que lecionam nestas unidades escolares.

Os professores atenderam prontamente a solicitação de participação na pesquisa, mostrando-se interessados em colaborar com o estudo. É importante dizer que as 3 entrevistas aplicada aos professores, todas foram correspondidas, mostrando que os professores responderam a entrevista com empenho e se colocaram a disposição para maiores esclarecimentos, se necessário.

Os dados coletados foram tabulados por semelhança para facilitar a organização e análise. Para efeito de sigilo, os professores serão denominados neste estudo como Professor 1 (P1), Professor 2 (P2), Professor 3 (P3) .

O gráfico 1 apresenta o gênero dos participantes da pesquisa.

Gráfico 1 – Gênero

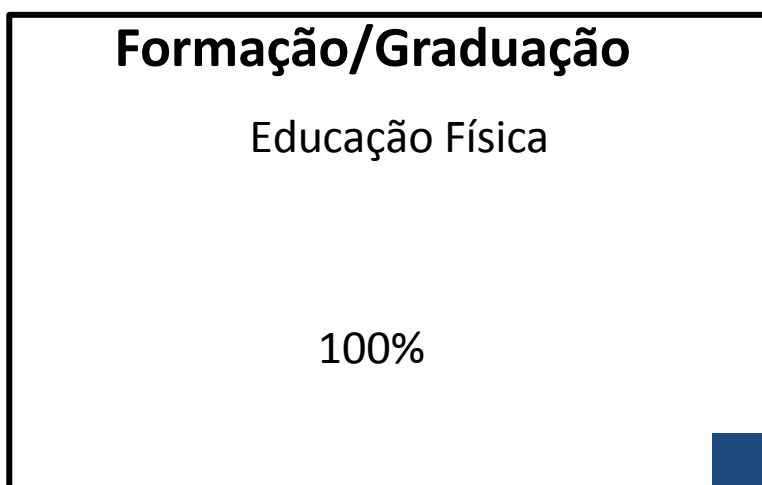


Fonte: Dados da Pesquisadora Primeiro Semestre de 2014.

Com base na pesquisa é possível perceber que 2 professores de Educação Física são do gênero feminino e somente um masculino.

Com o intuito de caracterizar os pesquisados, procurou-se saber sobre a formação dos professores de educação física, na qual se obteve o gráfico de número 2.

Gráfico 2 Formação dos professores de educação física

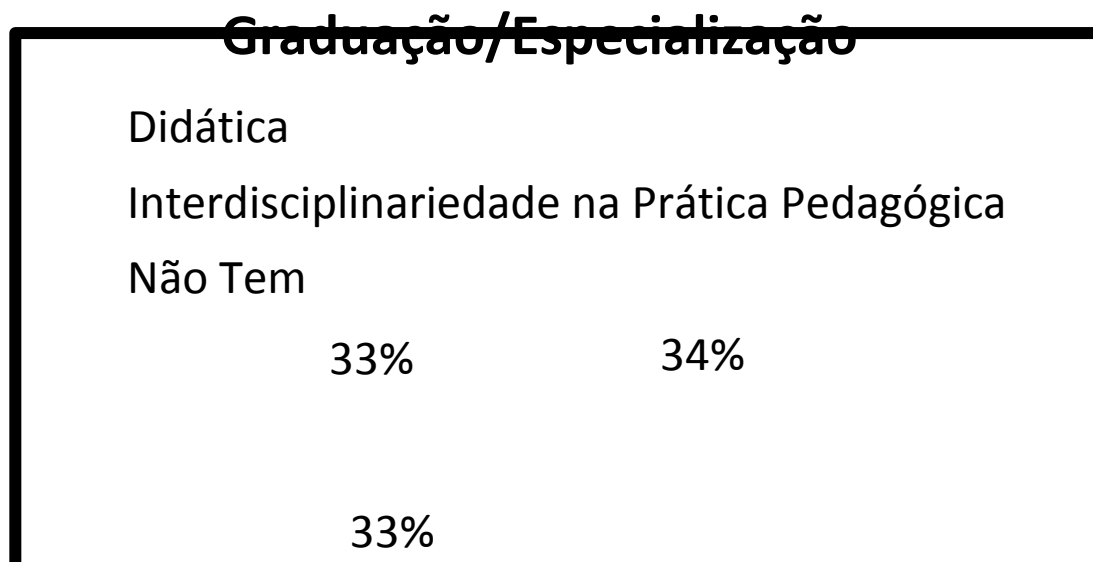


Fonte: Dados da Pesquisadora Primeiro Semestre de 2014.

Observou-se, então, que todos os professores possuem a graduação em Educação Física. Vale lembrar que todos os professores entrevistados, concluíram a graduação na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

O gráfico 03, apresenta a formação/ especialização dos professores de Educação Física.

Gráfico 3: Formação especialização

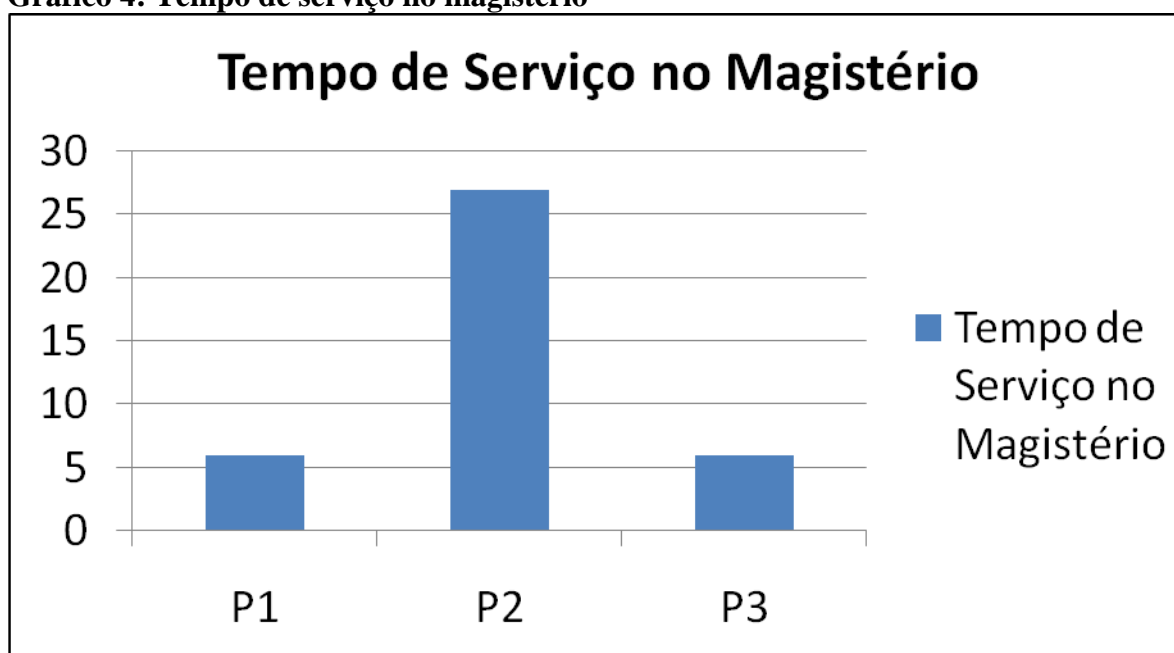


Fonte: Dados da Pesquisadora Primeiro Semestre de 2014.

É possível perceber que os professores tem graduação/especialização na área da licenciatura, sendo 34% (01) em Didática; 33% (01) em interdisciplinaridade na prática pedagógica e 33% (01) não têm.

O gráfico 04, apresenta o tempo de serviço de magistério dos professores de educação física.

Gráfico 4: Tempo de serviço no magistério



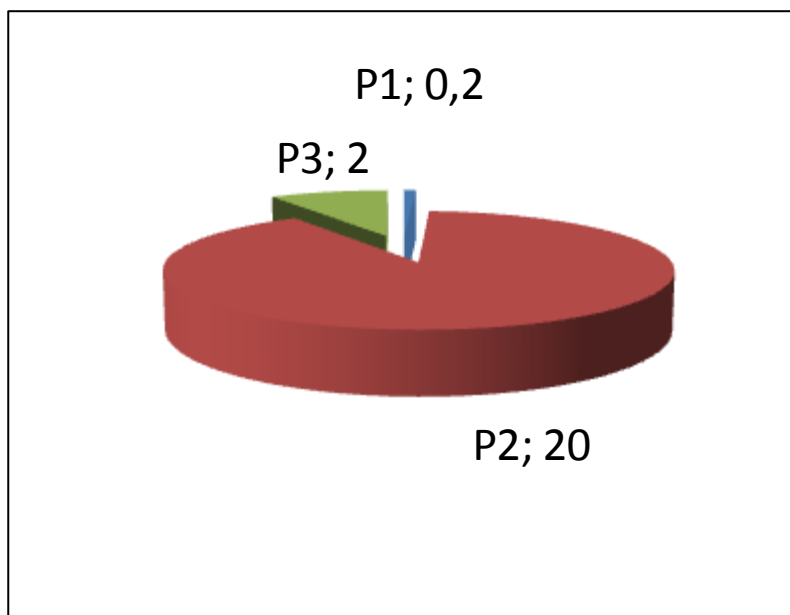
Fonte: Dados da Pesquisadora Primeiro Semestre de 2014.

É possível perceber que o P1 e P3 atuam como professor de educação física a 6 anos; o P2 atua como professor de educação física a 27 anos. Na entrevista surgiu a seguinte pergunta: Quanto (os) curso (os) de formação continuada você fez no último ano de educação especial/inclusão?

O P1 respondeu que fez 3 cursos; o P2 nenhum curso e o P3 fez 1 curso. Os professores precisam buscar formação continuada e pesquisar sobre o que é inclusão e como realizá-la. A inclusão está acontecendo apenas por partes e não pelo todo, da escola.

O gráfico 5 apresenta o tempo de atuação dos professores de educação física.

Gráfico 5: Tempo de serviço na escola que leciona

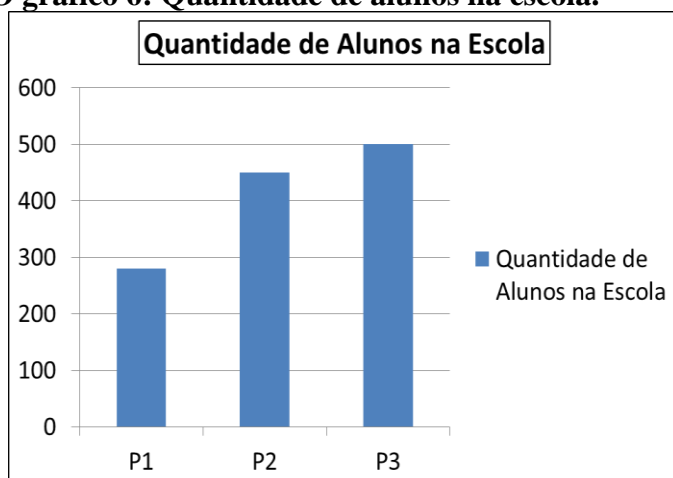


Fonte: Dados da Pesquisadora Primeiro Semestre de 2014.

É possível perceber que o P1 atua na escola há dois meses, o P2 atua na escola há 20 anos e o P3 atua na escola há 02 anos.

O gráfico 6 aponta a quantidade de alunos na escola

O gráfico 6: Quantidade de alunos na escola.

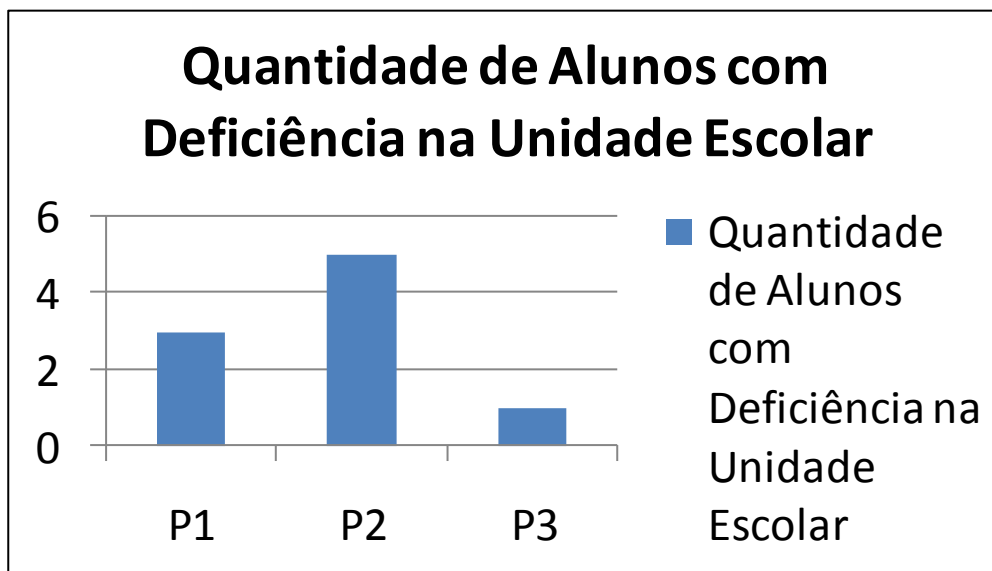


Fonte: Dados da Pesquisadora Primeiro Semestre de 2014.

A quantidade que está representada no gráfico 6 é de 0 a 600, mostra o número de alunos que a escola comporta. O P1 leciona na escola que comporta 280; o P2 com 450 alunos; o P3 com 500 alunos.

O gráfico 7 apresenta a quantidade de alunos com deficiência na unidade escolar.

O gráfico 7: Quantidade de alunos de alunos com deficiência na unidade escolar.



Fonte: Dados da Pesquisadora Primeiro Semestre de 2014.

A quantidade que está representada no gráfico 7 é de 0 a 6, mostra o número de aluno com deficiência que a escola comporta. O P1 leciona com 3 alunos com deficiência, porém não soube dizer quais são; o P2 com 5 alunos com deficiência, sendo elas autismo e déficit de atenção; o P3 com 1 alunos com deficiência, com déficit de atenção.

Ao questionar os professores de Educação Física sobre o entendimento de inclusão, os mesmos responderam que:

“Incluir no nosso cotidiano seja nas aulas, no trabalho, no dia a dia de pessoas portadoras de necessidades especiais usando suas capacidades para amenizar a diferença existente, às vezes é apenas nosso preconceito”. (P1, 2014)

“Meu entendimento sobre inclusão é incluir o aluno na sociedade, e que todos tem o direito de ensino”. (P2, 2014)

“Inclusão é um meio de inserir os alunos com deficiência no ensino regular”. (P3, 2014)

É possível perceber que os professores compreendem o que é inclusão, com base no em Mantoan, Prieto (2006, p, 16) “Inclusão escolar é todos ter o direito a educação, aprender sem discriminação”. “A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços”.

A inclusão é um processo que está ocorrendo aos poucos e os professores, mostraram que ainda faltam adequações por parte dos professores e da escola.

Ao indagar os professores porque a Educação Física se abre como uma possibilidade de inclusão, os participantes da pesquisa responderam que:

“Por ser uma disciplina cuja participação pode estar no limite individual de cada um, mais no coletivo faz diferença”. (P1, 2014)

“Porque os alunos tem a oportunidade de estar em contato com os outros colegas, podendo explorar seu corpo, principalmente quando se trabalha com atividades lúdicas”. (P2, 2014)

“Por ser uma disciplina que a maioria gosta, estimula participação”. (P3, 2014)

A Educação Física deve proporcionar possibilidades às pessoas com necessidades especiais, para que as mesmas consigam identificar suas necessidades e capacidades, facilitando sua independência e autonomia, em busca de sua inclusão e aceitação no grupo social. De acordo no Coletivo de Autores (1992, p.50):

A Educação Física é uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal.

Ao questionar os professores de Educação Física quantos alunos com deficiência você tem os mesmos responderam que:

“3 alunos”. (P1, 2014)

“5 alunos”. (P2, 2014)

“1 aluno, e outros a serem vistos”. (P3, 2014)

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), estabelece em seus princípios básicos o direito à educação para todos com respeito às características e necessidades individuais de cada pessoa:

As pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades;

As escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos, além disso, proporcionam uma educação efetiva à maioria das crianças e melhora a eficiência e, certamente, a relação custo-benefício de todo o sistema educativo. (MEC, 2006)

Ao indagar os professores, se os mesmo sabiam sobre o diagnóstico de casa aluno os mesmos responderam que:

“Não”. (P1, 2014)

“Sim”. (P2, 2014)

“Sim”. (P3, 2014)

O professor de Educação Física precisa estar ciente das dificuldades e limitações que alguns alunos irão apresentar em suas aulas. Por isso a escola deve apresentar aos professores de Educação Física e aos demais professores presentes na unidade escolar, o diagnóstico e cuidados que os mesmos têm que ter com o aluno deficiente. Caso, isso não aconteça o professor de educação física deveria procurar a direção da escola para ter conhecimento da deficiência e cuidados a serem tomados. Assim o professor de Educação Física contribuirá para o desenvolvimento de seus alunos com deficiência nos aspectos: físico; emocional; intelectual e psicológico.

Ao questionar os professores, se os mesmo recebem orientação na escola de como trabalhar com os alunos com deficiência responderam que:

“Não”. (P1, 2014)

“Nenhuma”. (P2, 2014)

“Não. Só Tivemos uma semana pedagógica, curso com uma doutoranda sobre o assunto como lidar com alunos com deficiência, mais foi a única nesses dois anos que trabalho na escola”. (P3, 2014)

A orientação da escola é de extrema importância não somente para que ocorra a inclusão dos alunos deficientes, mas também para trazer benefícios para seu currículo enquanto professor.

Ao perguntar aos professores se consideram a escola inclusiva os mesmos responderam que:

“O sistema não comporta a inclusão, pois precisaria investir em formação em várias deficiências, mais o estado acha que apenas incluir o aluno numa sala está o preparando para um futuro mais digno, tenho minhas dúvidas”. (P1, 2014)

“Na parte psicológica, em relação ao espaço físico não”. (P2, 2014)

“Considera, segundo professor, rampas, igualdade, estrutura física adequada”. (P3, 2014).

Uma escola inclusiva é dar oportunidades iguais a todos “[...] devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos [...]”. (MANTOAN; PRIETO, 2006, p.57). A inclusão é um processo que está ocorrendo aos poucos e os professores mostraram que ainda faltam adequações da escola

Ao perguntar aos professores, se os mesmos têm segundo professor e o mesmo lhe acompanha nas aulas de educação física, responderam que:

“Sim, Não acompanham os alunos nas aulas de Educação Física”. (P1, 2014)

“Sim, Mais não acompanha as aulas de Educação Física”. (P2, 2014)

“Sim, Acompanha”. (P3, 2014)

Ao questionar os professores, se os alunos com deficiência podem frequentar as aulas de educação física, ou há algum impedimento, responderam que:

“Conforme as atividades do dia são incluídas, mais não podemos excluir todos em virtude de m ou vice versa. É um paradigma a ser quebrado”. (P1, 2014)

“Todos frequentam as aulas de Educação Física”. (P2, 2014)

“Pode acompanhar, sem impedimento”. (P3, 2014)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) declara que inclusão são os “direitos de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e trabalhando juntos sem discriminação” (BRASIL, 2007, p. 1).

Ao perguntar para o professor, o que facilita e o que dificulta a sua prática pedagógica nas aulas de Educação Física para serem inclusivas responderam que:

“A formação e os diferentes cotidianos de cada portador de necessidades especiais”. (P1, 2014)

“Encontro dificuldades com matérias. E o que facilita é o espaço, tenho o ginásio fechado onde posso trabalhar atividades lúdicas”. (P2, 2014)

“Nem facilita nem dificulta, pois o planejamento é o mesmo, fazendo algumas adequações”. (P3, 2014)

Sabemos que existem facilidades e dificuldades para se trabalhar com a inclusão escolar, quando tratamos de incluir crianças com deficiência, nas aulas de Educação Física, sendo assim Mantoan afirma:

Uma das maiores barreiras para mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles podem provocar em nossa velha forma de ensinar. E por incrível que pareça essa neutralização vem do próprio sistema educacional que se propõe a se modificar, que está investindo na inovação, nas reformas do ensino para melhorar sua qualidade. MANTOAN, (2006, p. 32)

Ao perguntar para os professores, como são as aulas de educação física que possuem crianças com deficiência os mesmos responderam que:

“Normal, com muita atenção, pois a reação de todos podem ser contrárias quando se destina a atenção a um”.(P1, 2014)

“Normal, porém tenho que demonstrar a atividade”. (P2, 2014)

“Normal, pois não é deficiente físico”. (P3, 2014)

Podemos perceber nas falas dos professores, que os mesmos visam muito à participação e inclusão do aluno com deficiência, procuram sempre adaptar as aulas, e as atividades a serem desenvolvidas para que as crianças participem juntamente com os demais, assim desenvolvendo também seu lado social e comunicativo.

Ao questionar os professores, como é o relacionamento dos colegas de sala com a criança que possui deficiência nas aulas de Educação Física os mesmos responderam:

“Muitas vezes falta entendimento ao aluno normal, a necessidade especial do amigo aluno especial”. (P1, 2014)

“Igual a todos”. (P2, 2014)

“Norma, os mesmos nem percebem o alunos com deficiência”. (P3, 2014)

Para Staimback e Staimback (1999), as amizades conquistadas pelos alunos em um ambiente inclusivo podem auxiliá-los a se sentirem realmente membros de suas comunidades e a terem oportunidade de aprender o respeito, o interesse e o apoio mútuo em uma sociedade inclusiva, ao mesmo tempo em que aprendem habilidades acadêmicas. Assim, para os autores, a possibilidade de os alunos experienciarem e compreenderem a diversidade de uma comunidade propiciam a construção de comunidades seguras e protetoras que evitam a exclusão pelo isolamento de indivíduos ou grupos.

Ao indagar os professores, acredita que a criança com deficiência tem condições de praticar todas as atividades nas aulas de Educação Física responderam que:

“De todas não. Todas as escolas ainda estão voltadas aos alunos cujo perante a sociedade sejam normais, fechando os olhos para a realidade que esta batendo nas nossas portas”. (P1, 2014)

“Sim, mais cada um com seu tempo”. (P2, 2014)

“Tem condições, porém às vezes não alcança o objetivo da atividade proposta”. (P3, 2014)

O professor de Educação Física deve sempre garantir condições de segurança para o aluno com deficiência, fazendo adaptações, criando situações de modo a possibilitar a sua participação, sempre visando todas as possibilidades que favoreçam o princípio da inclusão.

5 CONCLUSÃO

Ao término desta pesquisa podemos concluir que os professores Educação Física das escolas acreditam na importância das aulas de Educação Física no cotidiano dos alunos com deficiência, seja ela para auxílio do conhecimento e até mesmo acrescentar novas experiências em suas vidas.

Por meios dos questionários aplicados aos professores de Educação Física das escolas do município de Nova Veneza SC, percebemos que a inclusão é um desafio devido a falta de material e a falta de conhecimento na área da inclusão de como trabalhar com alunos com deficiência para os professores de educação física.

Os professores de Educação Física, encontram dificuldades, pois não tem apoio a nível estadual com formações para que compreendam a inclusão as deficiências e como trabalhar com ambas. Assim como as escolas não estão sempre preparadas fisicamente com acesso para atender a todos os tipos de deficiência.

A realização desta pesquisa, foi uma aprendizagem, no campo profissional e pessoal, com ela podemos perceber que a inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física são possíveis, porém desde que se tenha profissionais comprometidos e capacitados

com todo o ensino-aprendizagem, e ainda que tenham devida dedicação por sua profissão, realizando seu trabalho com ética e respeito.

Pode-se notar que os professores de educação física percebem, para que aconteça realmente a inclusão escolar deve se mudar a ideia de mundo e educação, para que realmente o aluno com deficiência seja incluído, pois a inclusão só acontecerá quando todos os alunos de fato receberem e adquirirem o conhecimento, por que isso é direito de todos, e todos devem aprender dentro de seus limites. Também podemos concluir que a inclusão de fato ainda não acontece, mas está em processo e que aos poucos a inclusão dos alunos com deficiência está caminhando.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. 168p.

BRASIL, **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília: Senado Federal, 1990

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Versão preliminar. MEC; SEESP, 2001

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Versão preliminar. MEC; SEESP, 2007.

BRENNER, Eliana de Moraes; JESUS, Dalena Maria Nascimento de. **Manual de planejamento e apresentação de trabalhos acadêmicos**: projeto de pesquisa, monografia e artigo. 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008. 29p.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo Cortez, 1992.

DARIDO, S.C. **Ensinar/aprender educação física na escola: influências, tendências e possibilidades**. In: DARIDO, S.C.; MAITINO, E. M. (Org.). *Pedagogia cidadã: Cadernos de formação: Educação Física*. São Paulo: UNESP, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 165 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo. Atlas, 1994.

GUEDES, Neide Cavalcante. **A construção de formação profissional e prática pedagógica**. Teresina: Edufpi, 2002. 95 p.

[Http://drauziovarella.com.br/crianca-2/autismo/](http://drauziovarella.com.br/crianca-2/autismo/). Acessado em 12/06/14.

[Http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf). Acessado em 12/06/14.

[Http://www.tdah.org.br/br/sobre-tdah/o-que-e-o-tdah.html](http://www.tdah.org.br/br/sobre-tdah/o-que-e-o-tdah.html). Acessado em 12/06/14.

KUNZ, Elenor. **Transformações didático-pedagógica do Esporte**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010, 7ª edição.

LDB. **Lei de diretrizes e bases para educação brasileira**. Brasília: Ministério da Educação (mec), 1996. Acesso em 06-11-2013

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 8 p.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér; PIETO, Rosangela Gavioli; ARANTES, Valeria Amorim. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2006. 103 p.

NEGRINE, A. **Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa**. In:

SALAMANCA, **Declaração de. Sobre os princípios, Políticas e Práticas na Área das necessidades educacionais especiais**. Espanha: Salamanca, 1994.

SAMPIERI, Roberto Hernández. COLLADO, Carlos Fernández. LUCIO, pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

STAIMBACK S.; STAIMBACK W. **Inclusão: Um guia para Educadores**. Porto Alegre, Artmed, 1999.

VIGOSTSKI, Lev Semyonovitch. **A Formação social da mente**. 5º Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de down**. 3. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2004. 175 p.

ALVES, Fátima. **Para entender Síndrome de Down**. 2. ed. Rio de Janeiro – Wak, 2011. 112p

KARAGIANNIS, Anastasios; STAINBACK, William; STAINBACK, Susan. **Visão geral histórica da inclusão**. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willim. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999. p.35-47.